

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT- Junho de 2026 - Nº 910

SANTANDER FRUSTRA TRABALHADORES E IMPÕE COMPENSAÇÃO DE HORAS NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO



A decisão do Santander de exigir a compensação das horas não trabalhadas nos dias dos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2026 gerou insatisfação entre os trabalhadores.

A medida contrasta com a expectativa criada entre os bancários e com a postura adotada por ou-

tras instituições financeiras, que optaram pelo abono das horas como forma de reconhecer a importância do evento e valorizar seus trabalhadores.

“A ganância do Santander mais uma vez fala mais alto. Enquanto os demais grandes bancos compreenderam a importância de permitir que seus funcionários acompanhassem os jogos da Seleção Brasileira sem prejuízo, o Santander preferiu impor a compensação das horas. É uma postura que ignora um momento de integração e descontração vivido por todo o país e que gera indignação entre os trabalhadores. Em vez de reconhecer o empenho de quem sustenta seus lucros bilionários, o banco escolhe penalizar os funcionários e reforçar uma política permanente de desvalorização”, criticou Ana Marta Lima, coordenadora da COE Santander.

ITAÚ ABONA HORAS E GARANTE LIBERAÇÃO DOS BANCÁRIOS DURANTE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA

O Itaú informou que os bancários serão liberados para acompanhar os jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2026 e que as horas não trabalhadas serão abonadas, sem necessidade de compensação ou desconto no banco de horas.

A medida ocorre após a Federação Brasileira de Bancos (Fenaban) atender à solicitação apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), orientando as instituições financeiras a adotarem medidas que permitam aos bancários acompanhar as partidas da Seleção.

Além da flexibilização da jornada, o Itaú acolheu a reivindicação da representação dos trabalhadores pelo abono das horas, garantindo que os funcionários possam torcer pelo Brasil sem prejuízos.

“A decisão do Itaú representa uma importante conquista para os trabalhadores. Além de assegu-

rar a possibilidade de acompanhar os jogos da seleção brasileira, o banco também atendeu à reivindicação pelo abono das horas não trabalhadas. Com isso, bancários e bancárias poderão torcer pelo Brasil com tranquilidade, tendo como única preocupação o desempenho da equipe em campo”, destaca Valeska Pincovai, coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú.



siga o sindicato no instagram - @sindbancariosprudenteregio

EMPREGO

“TODA CIDADE PRECISA TER ACESSO AOS SERVIÇOS BANCÁRIOS”, DEFENDE DEP. MARCOLINO AO APRESENTAR PROJETO CONTRA FECHAMENTO DE AGÊNCIAS



O fechamento de agências bancárias tem avançado em todo o país, impactando trabalhadores, clientes e comunidades inteiras, especialmente em regiões periféricas e municípios de menor porte. Em resposta a esse cenário, o deputado estadual e ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, **Luiz Claudio Marcolino (PT)**, apresentou o **Projeto de Lei 548/2026**, que busca garantir a manutenção da rede física de atendimento bancário no estado de São Paulo, preservando empregos e assegurando o acesso da população aos serviços financeiros.

A iniciativa nasceu a partir de uma construção conjunta com o Sindicato e a campanha "Eu Quero Mais Agências". Nesta entrevista à entidade que presidiu, Marcolino detalha os objetivos da proposta, analisa os impactos da digitalização sobre o atendimento e explica como pretende mobilizar a sociedade para garantir a aprovação do projeto na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

O que motivou a elaboração deste projeto de lei e de que forma o diálogo com o Sindicato dos Bancários contribuiu para a construção da proposta?

O **Projeto de Lei 548/2026** se inicia a partir de um diálogo com o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, juntamente com a FETEC-CUT/SP, contra o fechamento das agências bancárias no estado de São Paulo. Muitas dessas agências fechadas, inclusive, são de regiões periféricas da cidade de São Paulo ou mesmo em cidades onde há uma única agência. A partir dessa construção e de uma audiência pública que surgiu como proposta a elaboração de um Projeto de Lei para estancar o processo de fechamento de agências e garantir o retorno de unidades que já foram fechadas em cada município.

Os bancos costumam justificar o fechamento de agências com o avanço da digitalização. Como o deputado responde a esse argumento e por que considera importante preservar a rede física de

atendimento?

Hoje, essa alegação tem sido utilizada pelos bancos para justificar o fechamento da rede de agências físicas. Entretanto, tem surgido, em muitas cidades do estado de São Paulo, problemas com fraudes financeiras a partir das redes sociais. Fizemos, aqui na Assembleia Legislativa, uma CPI na qual foi detectado que muitos golpes e muitas fraudes no sistema financeiro acabam impactando os idosos. São pessoas que têm dificuldade com redes sociais e, muitas vezes, não têm com quem conversar para entender se trata-se de um golpe ou não.

Já tem sido comprovado, em estudos que estamos acompanhando e em levantamentos que estamos fazendo do PROCON e na própria Polícia Militar, que a maioria das fraudes já é fruto desse processo de digitalização para o qual os bancos vêm empurrando os clientes, sendo que uma parte dessas pessoas são análogas e precisam de uma agência bancária para ter contato com o corpo gerencial e os funcionários. Então esse é um risco, por mais que os bancos utilizem esse argumento para fechar agências bancárias, isso está aumentando os crimes cibernéticos no estado de São Paulo.

O projeto prevê mecanismos para limitar a redução dos quadros de funcionários. Na prática, como essa medida pode ajudar a conter as demissões e a sobrecarga de trabalho enfrentada pelos bancários?

A estruturação do Projeto de Lei que nós apresentamos trabalha em uma perspectiva de manter, em cada município do estado de São Paulo, tem que ter, pelo menos, uma agência de cada um dos principais bancos. Com um número maior de agências, você garante o diálogo com o cliente e reduz a sobrecarga de trabalho dos funcionários. Existem municípios em que o banco fecha e, com isso, os clientes passam a ir para unidades em outra cidade, sobrecarregando os bancários que lá estão. Então, quando pensamos neste projeto, visamos justamente garantir a manutenção do número de funcionários de acordo com a quantidade de empregos que já eram existentes naquela região. Portanto, é uma forma de garantir o emprego e também o atendimento à população.

Quais impactos o fechamento de agências tem causado nos pequenos municípios, nas periferias e na população que ainda depende do atendimento presencial bancário?

Quando o banco fecha uma agência nos pequenos municípios, a população fica sem atendimento. Os trabalhadores que têm uma conta salário naquela agência encerrada acabam sendo obrigados a buscar atendi-

“EU QUERO MAIS AGÊNCIAS”

mento em outra cidade. Temos um problema sério também com os aposentados, que não conseguem ter um atendimento de forma virtual. E, em muitas cidades, nem mesmo esse atendimento virtual existe. Então, essa população é jogada para aplicativos sem ter condições de utilizá-los. Portanto, as pessoas precisam ter um contato presencial. As pessoas que recebem um benefício social, que precisam pagar um boleto, que precisam de um empréstimo ou receber sua aposentadoria. Essas pessoas precisam desse contato. Então, o fechamento de agências é um prejuízo muito grande, inclusive para o município, pois os clientes que vão para outras cidades acabam gastando fora, em vez de contribuir com o comércio local.

O deputado acredita que a proposta enfrentará resistência do setor financeiro na Assembleia Legislativa? Como pretende construir apoio político para sua aprovação?

Com certeza a Febraban e o sistema financeiro farão pressão junto aos demais deputados para que não aprovem este projeto, que vai garantir que todas as cidades do estado de São Paulo tenham, pelo menos, uma agência dos principais bancos. Por esses bancos, passam recursos como IPVA, ICMS, recolhimento de tributos federais e pagamentos de benefícios sociais. Então, todos os principais bancos precisariam ter uma agência ou ao menos um posto de atendimento, no caso das cidades com menos de 10 mil habitantes. Portanto, com certeza haverá resistência da Febraban, mas atender a população de forma presencial é muito importante.

Nós tivemos inclusive uma CPI da Enel e uma das maiores reclamações dos clientes era, justamente, não ter uma agência física da empresa para atender a população. Como resultado da CPI, a Enel acabou abrindo uma agência física em cada cidade onde ela tinha concessão. Portanto, nosso projeto está no caminho certo e, se for necessário, faremos vários atos e conversas com prefeitos e vereadores das cidades, pois eles e toda a população organizada têm interesse em contar com as agências.

O projeto dialoga diretamente com a campanha "Eu Quero Mais Agências". Como o deputado avalia a importância da mobilização dos trabalhadores e da sociedade para pressionar os bancos e garantir a aprovação da proposta?

A campanha que o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região vem desenvolvendo, intitulada "Eu Quero Mais Agências", é fundamental. A partir dela, a população começa a perceber a importância das agências físicas. Quando você perde uma unidade em um bairro ou em uma cidade, a população sabe que essa agência ajuda no desenvolvimento da região. Ela cria a condição de ter crédito, garante o pagamento ou rece-

bimento de recursos de programas sociais. Ela trabalha com o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que é o crédito da agricultura familiar. Ela dialoga com as necessidades de investimento da cidade e da prefeitura.

Esse movimento que faremos, caso os bancos tentem barrar o projeto na Assembleia Legislativa, junto aos sindicatos de bancários e a nossa federação vai criar a condição para podermos aprovar um projeto tão importante como esse. Também vamos dialogar com associações comerciais, com a OAB, com a sociedade civil organizada, com as prefeituras e câmaras de vereadores. Então, essa pressão não será apenas do sindicato, será de toda a sociedade para garantirmos, pelo menos, uma agência de cada grande banco em todos os municípios paulistas.

Se aprovado, o projeto pode servir de referência para outros estados ou até mesmo para uma legislação nacional de proteção ao emprego bancário e ao atendimento presencial?

Com certeza! Aprovando o projeto 548/2026 na Assembleia Legislativa, teremos condições de fazer esse debate ou de ter um projeto como este aprovado em todos os estados do nosso país. Também podemos trabalhar para termos uma legislação nacional de proteção, de fato, ao emprego bancário. Então, mesmo sendo uma lei para o estado de São Paulo, ela pode ser replicada em outros ou dialogarmos sobre o tema com o Banco Central e o Governo Federal. Eu tenho expectativa de que, após a aprovação desse projeto na Assembleia Legislativa, a gente consiga levar esse modelo para os outros estados ou ter um projeto nacional.

Participe do abaixo-assinado por + Agências

A defesa de mais agências bancárias é uma causa que interessa a toda a sociedade. Por isso, a participação de todos é fundamental para fortalecer essa mobilização e pressionar os bancos a cumprirem seu papel social.

Conheça a página da campanha ***Eu Quero Mais Agências*** (<https://euqueromaisagencias.com.br/>), informe-se sobre os impactos do fechamento de unidades e assine o abaixo-assinado em apoio à iniciativa. Cada assinatura ajuda a ampliar a voz de quem defende mais atendimento presencial, mais empregos e mais inclusão financeira para todas as cidades.



COPA

FEBRABAN ATENDE PEDIDO DA CONTRAF-CUT E ORIENTA BANCOS A LIBERAR EMPREGADOS DURANTE JOGOS DO BRASIL NA COPA



A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) atendeu à solicitação apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e orientou os bancos a adotarem medidas que permitam aos empregados bancários acompanhar os jogos da Seleção Brasileira masculina durante a Copa do Mundo de 2026. A decisão foi formalizada por meio do Comunicado FB-038/2026, divulgado na quinta-feira (11).

O comunicado da Febraban é uma resposta ao ofício encaminhado pela Contraf-CUT no último dia 9 de junho, no qual a entidade solicitou a liberação dos trabalhadores nos dias de jogos da Seleção Brasileira, além da adequação dos horários de expediente das instituições financeiras. No documento, a Contraf-CUT destacou a relevância social e cultural da Copa do Mundo para a população brasileira e lembrou que, historicamente, empresas e órgãos públicos costumam adotar medidas de flexibilização da jornada durante o torneio.

Para a presidente da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, a resposta da Febraban demonstra sensibilidade diante de uma demanda legítima da categoria. “A Copa do Mundo é um evento que mobiliza milhões de brasileiros e brasileiras. A decisão da Febraban atende uma reivindicação da Contraf-CUT e reconhece a importância de garantir que os trabalhadores possam acompanhar os jogos da Seleção sem prejuízo aos seus direitos e à prestação dos serviços bancários à população”, afirmou.

Atenção ao horário bancário

Pelas orientações encaminhadas aos bancos, nos dias em que os jogos da Seleção Brasileira começarem às **14h**, as agências deverão funcionar das **9h às 12h**. Quando as partidas tiverem início às **16h**, o atendimento ocorrerá das **10h às 14h**. Já nos jogos marcados

para as **17h**, as agências abrirão às **10h** e fecharão às **15h**.

O comunicado também trata dos aspectos relacionados aos trabalhadores. Para os empregados que atuam em agências e postos de atendimento, a recomendação é que sejam dispensados do trabalho com antecedência mínima de uma hora em relação ao início das partidas.

A entidade patronal também recomenda que as horas não trabalhadas em razão dos jogos sejam compensadas posteriormente ou incorporadas aos bancos de horas das instituições.

CAMPANHA SALARIAL 2026

EDITAL ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Presidente Prudente e Região, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 55.357.867/0001-90, Registro sindical nº 162139/60 por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os empregados em estabelecimentos bancários dos bancos públicos e privados, sócios e não sócios, da base territorial deste sindicato, para a assembleia geral extraordinária que se realizará no dia **23 de junho de 2026** com plenária remota e votação das **19:00 horas até às 23:59 horas** do mesmo dia pela plataforma **bancarios.votabem.com.br**, conforme informações contidas no site **www.bancariosprudente.org.br** onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da seguinte pauta: 1. Autorizar a diretoria do Sindicato a negociar e celebrar Convenção Coletiva de Trabalho, Convenção Coletiva sobre Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados dos Bancos, Convenção Coletiva de Trabalho de Autorregulação Sindical Nacional do Setor Bancário, Convenção Coletiva de Trabalho sobre Cooperativas e Acordos Coletivos de Trabalho aditivos à CCT e, frustradas as negociações, defender-se e/ou instaurar dissídio coletivo de trabalho, bem como delegar poderes para tanto; 2. Deliberar sobre aprovação da minuta de pré-acordo de negociação e minuta da Pauta de Reivindicações da categoria bancária, data-base 1º de setembro, definidas na 28ª Conferência Nacional dos Bancários que inclui desconto a ser feito nos salários dos empregados em razão da contratação a ser realizada (contribuição negocial);

Presidente Prudente SP. 16 de junho de 2026.

Eli Rogério D'Andrea
Presidente



Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - site - www.bancariosprudente.org.br

Rua Casemiro Dias, 379 - Centro - Cep 19010-280 Presidente Prudente SP -

e-mail - bancariosprudente@gmail.com

Fone (18) 2104-1099 - Presidente: Eli Rogério D'Andrea